

A CONJUNTURA POLÍTICA E A RELAÇÃO DE CLASSE NOS ANOS 30 NO BRASIL*

Eduardo Maffei **

Edmundo Moniz, em seu magnífico ensaio histórico e sociológico (que reputo superior a **Os Sertões**, de Euclides da Cunha) **A Guerra Social de Canudos**, afirma que a proclamação da República foi um passo à frente em nossa evolução política com a vitória de uma fração mais progressista de nossa burguesia.

Demos um pequeno salto, infelizmente de horizontes limitados, porque não tínhamos condições sócio-históricas para maior avanço. Disso redundou, para personalizar o episódio, no afastamento de Ruy Barbosa, um industrialista que viu a árvore, mas não o bosque, ou seja, o latifúndio. Ele nos desejava libertar do mal que padecíamos, aprofundando a revolução burguesa, quebrando os limites impostos pelos interessados em nos manter como país "independente" mas submisso aos interesses do mercado internacional. A fração agrária (1) não tinha nenhum interesse na industrialização do país, vivendo do consumo estrangeiro(2).

* Texto da Conferência realizada dia 5 de março de 1987, promovida pela Associação dos Docentes da UFRN (ADURN) e pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) – Núcleo Natal.

** Membro do Conselho Consultivo da Revista "História – Ensino e Pesquisa".

Secularmente, o latifúndio pesava — e pesa muito ainda — nas decisões governamentais. A primeira agressão — ou defesa? — contra o poder latifundiário nas decisões políticas nossas, foi inegavelmente a abolição da escravatura negra. Não modificou em muito o panorama social, mas representou um ataque de frente a uma relação de forças de um processo de produção escravista, muito embora, é preciso que se diga, só nos últimos tempos, o negro, enfrentando a discriminação, tenha tomado o verdadeiro caminho para sua libertação.

Durante a longa luta pela abolição, os centros produtores mais importantes do Brasil (São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro) passaram a empregar, cada vez mais, a mão-de-obra européia, não só em virtude das rebeliões da senzala, como da necessidade de coisas mais diferenciadas, ampliando as relações pré-capitalistas de trabalho no campo. No sul, o negro escravizado, tornou-se caro (3). Dessa forma, por haverem se beneficiado com a imigração, aquelas zonas em que a fração agrária da burguesia (especialmente São Paulo) desenvolveu-se economicamente passaram a capitanear a política governamental em nível de nação. Foi essa fração agrária da burguesia que se transformou no poder dominante da vida política do Brasil em 15 de novembro de 1889.

Conforme já frisamos, o Brasil padece de uma economia colonial desde o seu descobrimento. Ela sempre esteve voltada para os mercados externos. Por um desses acasos que a história semeia na vida das nações, o café aclimatou-se nos estados do Rio e São Paulo, especialmente neste último, e logo tomar-se-ia mercadoria disputada pelo mercado internacional. O senhor imperialista inglês interessava-se, no mundo inteiro, pelas minas, pelas comunicações telegráficas e telefônicas, pelos transportes, enfim, tudo que representasse riqueza viva. O café, como sobremesa, escapou ao seu faro rapinante. E daí São Paulo, seu centro produtor, pesando na balança comercial, encorpou a fração agrária da burguesia, e passou a comandá-la, tornando-se a maior força política do Brasil. Assim seu PRP — Partido Republicano Paulista — praticamente comandava seus sucedâneos, os Partidos Republicanos de outros estados da federação. O café, como fonte econômica nacional independente, gerou, em São Paulo, um centro comercial e industrial que, entretanto, mostrou-se interessado na manutenção do "status quo" nacional. Acontece que são os fatos e não os homens que comandam a história. Por isso, apesar do seu interesse pelo estancamento social, a fração agrária criou condições em oposição aos seus próceres. O sul, Paraná abaixo (com sua

imigração à qual se deu terras e que, pela propriedade dividida, desenvolveu-se) se mantinha praticamente por si, e, sobretudo o Rio Grande do Sul, dividido por lutas políticas intestinas, ignorava o poder central. Com Minas Gerais, estado também de fração agrária dominante, São Paulo dividiu, até certo ponto, o poder. Aquilo que, durante o movimento constitucionalista de 1932, os paulistas ortodoxos de quatrocentos anos, apelidavam de cabeças chatas, era o “resto” do país e não contava. A situação configurava-se quase como domínio do poder burguês agrário paulista. São Paulo importava produtos primários e exportava manufaturas. Mas o grande interesse das frações urbana e agrária da burguesia paulista, por diversas razões, era o mesmo: o da manutenção do latifúndio. Tinham necessidade de vender seus produtos e não lhes interessava o progresso de outras regiões. Contentavam-se com as frases de que “São Paulo era uma locomotiva que puxava 20 vagões vazios” — o Brasil possuía, então, só 21 estados — de um “país essencialmente agrícola”. Assim não possuíam interesse na independência econômica do camponês, mantido pelas relações pré-capitalistas, jamais feudais, sob o guante dos “coronéis”(4). Da mesma forma que as Polícias Militares estaduais defendiam os interesses políticos regionais dos senhores de terra, os jagunços representavam a força armada para manter o latifúndio, tolhendo qualquer veleidade camponesa de libertação. Outra das razões era e é que, sobretudo os estados nordestinos, representavam uma reserva de mão-de-obra barata para as propriedades das classes dominantes do sul e das cidades(5).

Foi o café, esse produto desprezado pelo imperialismo, que se transformou no mais importante de nossa economia e um dos mais ponderáveis na economia mundial. Mas, para sua produção, achavam-se os fazendeiros ainda com o ranço escravocrata. Ranço esse que se tornou conduta política dos governos eleitos pela fraude, pelo temor e nos quais, deputados eleitos, apesar de tudo, eram impedidos de assumir suas cadeiras. Enfim, era a política dos jagunços transplantada para cidades, mercê do domínio da fração agrária da nossa burguesia. Essa fração, entretanto, com o tempo, gerou nas cidades as frações comercial, industrial e financeira. E na medida em que estas últimas frações se encorpavam, surgiam fenômenos políticos de oposição a esse monopólio do poder, que já começavam a se manifestar mais intensamente na campanha civilista pela qual Ruy Barbosa candidatava-se à presidência da República. Mas essa oposição civilista, paradoxalmente, gerou a oposição militar a partir de 1922, cuja data histórica é o 5 de julho, dando origem a um fenômeno social brasileiro muito importante, o tenentismo (6).

A primeira escaramuça eletrizou grande parte das populações dos grandes centros, politizando-as. O ato heróico dos "18 do Forte" deu uma chicotada nas camadas médias adormecidas pela impotência. Mas o fato fundamental para a época é o caráter da imprensa de então. Ela vivia da venda avulsa e de anúncios de pequenos comerciantes e industriais. Possuía interesse em ir de encontro aos anseios populares que alimentavam e eram por eles alimentados. Não era, como a atual, atrelada aos anúncios dos grandes poderes econômicos que não podem ser contrariados. A atual "liberdade" de imprensa é comprada pelas grandes empresas. Naquele tempo, para citar só os de São Paulo, jornais como "A Rolha", "A Marreta", "O Parafuso", "A Platéia" e, especialmente, "O Combate", com as redações atulhadas por simpatizantes dos ideais tenentistas que, se confundiam com as aspirações das camadas médias, propagavam as idéias dos tenentes, correspondentes a uma ideologia pequeno-burguesa, até que Bernardes, já presidente, decretasse o Estado-de-Sítio.

As contradições agravavam-se pelo surgimento de uma indústria nacional em função das dificuldades de importação geradas pela Primeira Grande Guerra. A escolha do paraibano Epitácio Pessoa, quase que por imposição de Minas Gerais, liderada por Bernardes e Raul Soares, já era um afloramento político das contradições sociais. E elas foram tantas, tantas as formas de repressão, que mais tarde, Bernardes confidenciaria que "presidente não fora senão um chefe de polícia". Com a censura à imprensa, um acontecimento histórico importantíssimo como a marcha da Coluna Prestes, protesto contra a situação política vigente, não aparecia nos jornais, a não ser em "O 5 de julho", editado por Bernardo Canellas que fora o primeiro delegado brasileiro à Internacional Comunista. Este jornal foi produzido num porão, no caminho para o subúrbio de Todos os Santos, no Rio, e corria de mãos em mãos ansiosas através de uma cadeia muito ativa de distribuição e financiamento. Os seus leitores acompanhavam as marchas e combates da Coluna Prestes. A sua internação na Bolívia coincidiu com a suspensão da censura por Washington Luiz que sucedeu a Bernardes na presidência da República.

Este aspecto de uma imprensa popular, até quando foi censurada por Artur Bernardes, era coincidente com um fato social muito importante. No Brasil, segundo estudo pertinente de Nelson Werneck Sodré, a classe média nas cidades, nas três primeiras décadas do século, era mais forte que a burguesia industrial, que só começou a tomar corpo nos últimos anos 20 que são também os últimos da Primeira República. Quando Washington Luiz

aboliu a censura, a imprensa foi se tornando cada vez mais reivindicativa e popular. E, com isso, as lutas populares começaram a tomar corpo, quase que toleradas pela fração industrial da burguesia, que disputava uma maior fatia do poder com a fração agrária. Além do mais, os grandes fazendeiros de café passaram a estabelecer empresas comerciais e industriais, fundando mesmo um banco, o Comercial de São Paulo. Embora disputando parcelas maiores de poder por diferentes interesses, as ditas frações, pertencentes a um mesmo universo ideológico, não se empenhavam em lutas entre si. A luta era contra os trabalhadores da cidade e do campo. Quem bem definiu o movimento de 30, não sociologicamente mas politicamente, foi Afonso Arinos de Melo Franco. "O Tenentismo como parte revolucionária do Exército, constituído numa espécie de partido político, que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes, para agir pelas armas". Ele não se apercebeu de que as frações urbanas acabaram por interessarem-se pelos tenentes, representantes de uma ideologia pequeno-burguesa, portanto, da camada urbana mais forte da sociedade brasileira de então.

O tenentismo era poderoso porque poderosa era a classe média. Os tenentes possuíam experiência militar mas não política, de forma que foram utilizados pelo que sabiam e pelo que não sabiam, sendo paulatinamente aliados depois da vitória da Revolução de outubro de 1930. Para os tenentes, essa vitória foi uma vitória de Pirro. Uns tantos logo se acomodaram aos cargos por não possuírem nem substância ideológica e nem honestidade aos ideais que até então haviam defendido, dos quais o padrão foi Juárez Távora. Outros persistiram, não percebendo que nasciam condições para o fortalecimento da burguesia industrial, em prejuízo das camadas médias que, por natureza, têm a ideologia da classe dominante; no caso, a burguesia. O pequeno burguês, a reboque da fração industrial, perdia assim a força política que tivera nos anos 20, quando se opunha à fração agrária da burguesia, então no apogeu e que, depois de 30, embora perdendo a primazia, partilhava de uma grande fatia de poder com a fração industrial. E assim o terreno social, as camadas médias até então ponderáveis, onde o Tenentismo possuía suas raízes, tornou-se frouxo pois já não pensava por si.

Nicos Poulantzas demonstra que "classe em si" é aquela que luta por seus próprios direitos. O proletariado, como "classe em si", vinha emergindo como tal desde o final do século XIX quando fôra importado em grande número. A imigração se constituiu, em sua maioria, de latinos, especialmente italianos, na zona de São Paulo, e eslavos e alemães no sul, onde no Rio Grande os italianos também predominaram.

Depois da publicação do **Manifesto Comunista** no princípio de 1848, foi criada a Primeira Internacional de Trabalhadores, como organismo mundial da classe, objetivando encaminhá-la e politizá-la. Logo depois, o anarquista Bakunine, realmente um "pequeno burguês de bomba na mão", e Marx desentenderam-se por questões de doutrina, criando, o primeiro, uma associação sua na Suíça. Bakunine concentrou, sobre o proletariado italiano, a campanha pelo anarquismo. Todas as seções regionais peninsulares, lideradas por Giuseppe Fanelli e Carlo Cafiero, menos as de Nápolis e Gênova, passaram-se para o anarquismo abandonando o comunismo de Marx. No Congresso dos Trabalhadores Espanhóis, realizado em Córdoba, debateram-se, novamente, os bakuninistas e os marxistas. Os primeiros estavam representados pelo engenheiro italiano Giuseppe Fannelli, grande orador de massas, e os segundos por Lafargue, genro de Marx. Fanelli, com seu dom oratório e argumentos próprios, conseguiu, para suas teses, praticamente o apoio total dos congressistas.

Tais fatos históricos remotos explicam porque nossa imigração latina achava-se alinhada ao anarquismo, opondo-se ao mesmo tratamento até quase então dado aos escravos. Nas fazendas, ela lutava por residências minimamente decentes em oposição às senzalas onde foram depositados. Trabalhando em pequenas indústrias de não mais que 400 trabalhadores, num regime bárbaro de 12, 14 e até 16 horas, com mulheres e crianças recebendo ninharias salariais, passaram a reivindicar. E à base desse ato acha-se a querela Marx-Bakunine. E foi dessa luta dos trabalhadores, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, que o proletariado tornou-se aguerrido, transformando-se em "classe em si", cuja liderança, abandonando o anarquismo, depois da Revolução Bolchevique, tornou-se o pilar do Partido Comunista a partir dos primeiros anos 20.

De forma que os anos 30 vieram encontrar uma enorme massa amorfa, ainda não "classe em si", dominada pelos latifundiários. Politicamente, essa massa humana era um peso morto que, por falta de conteúdo ideológico, a Coluna Prestes não conseguiu despertar. O proletariado não representava ainda, numericamente, parcela apreciável. Para uma população em torno de 40-50 milhões, os operários achavam-se em número de 600 mil espalhados pelo Brasil. As camadas médias, já depois de 30, com a ideologia das classes dominantes, representavam o resto. O número de índios era desprezível. O poder achava-se nas mãos do latifúndio e, mais reduzidamente, em mãos das frações urbanas da burguesia. Situação, aliás, de agrado do imperialismo de quem o latifúndio era aliado, uma vez que vivia do que, ele exportava. O miserável mercado interno não satisfazia, de outro lado, ao latifúndio. Mesmo não representando porção apreciável da sociedade brasileira, o proletariado,

já nos últimos anos 30, representava massa aguerrida e possuidora de ideologia. Assim, tendo de um lado as camadas médias influenciadas pelo tenentismo, e de outro o proletariado influenciado pelo Partido Comunista, o continente do poder não mais podia conter o conteúdo do povo. Quando todas as condições achavam-se amadurecidas para a aproximação com o tenentismo, tal idéia, além de não ser pensada, foi condenada pelos comunistas, quando já uma grande parte das classes trabalhadoras alimentava esperanças nos "tenentes".



Quem analisou objetivamente a situação de então foi um político astuto, um Andrada, que se colocou a cavaleiro do processo em marcha, tal como um século antes, outro, também moderado de nada, estivera no centro do processo da independência nos anos 20 do século XIX. Seu descendente, Antônio Carlos, o Andrada dos anos 20 deste século, sintetizou o momento em que vivia com uma frase histórica: "façamos a revolução antes que o povo a faça". Eu o conheci. Era uma verdadeira raposa. Em 1945, durante a luta contra o Estado Novo, já com os partidos políticos em formação, quando da luta pela anistia, foi o diabo para vencê-lo. Desejava a anistia, mas que

dela se excluíssem certos presos políticos. Naquele momento ele não mais comandava nada, pois o povo transbordara além dos limites andradinamente estreitos, compassando com os ecos dos ribombos dos canhões que haviam atirado em Stalingrado, Guadalcanal e El-Alamein.

Os políticos ligados direta ou indiretamente ao latifúndio jamais representaram o povo e sim os interesses dos latifundiários. É típico o que, numa das comissões da Constituinte de 46, aconteceu. Prestes, senador pelo Partido Comunista, defendia a reforma agrária, para dar terras e liberdade aos camponeses, criando assim um mercado interno que não temos até hoje, quando foi contestado pelo deputado Aliomar Baleeiro que lhe disse: "De nada adianta sua insistência, pois nós aqui da comissão ou somos latifundiários, ou filhos deles, ou seus genros, e jamais votaremos contra nossos interesses".

Desde que em 30 a fração industrial da burguesia começou a participar bastante do poder, tais políticos pretendiam reformas políticas, mas não sociais. Foi uma cunha desse tipo que provocou o racha no tenentismo cujos melhores exemplos a história nos legou nas pessoas de Juarez Távora, Cordeiro de Farias e de um lado João Alberto e, do outro, Luiz Carlos Prestes. O processo viera de longe. Quando a revolução de 30 achava-se em marcha, tomando um cunho popular, o golpe foi dado no Rio pela elite militar, à qual não poderia faltar o apoio do mais alto dignatário da Igreja, o Cardeal Sebastião Leme. Dele resultou a posse de Getúlio Vargas, sob o pretexto de que era necessário evitar a luta fratricida. Grande número de "tenentes" acomodaram-se ao novo molde social não impedindo que, mesmo nos estados além fronteiras de São Paulo, fossem feitas quaisquer reformas sociais que anulassem os geradores da pobreza. Plínio, o Antigo, dissera: "Latifundia perdidere Roma". Nem Juarez, nem Cordeiro, nem João Alberto e nem outros acomodados conheciam Plínio, o Antigo ou as condições sociais do Brasil, tentando resolver os problemas, sem tocar em seu âmago, com medidas de fachada. Muitos dos "tenentes", entretanto, lutavam, por reformas sociais. Ao lado do voto secreto, voto feminino, lei de férias, das oito horas, apoiados pelo proletariado, tentavam encaminhar as reformas sociais, mas sentiram que os caminhos achavam-se barrados por forças poderosas. A Constituição de 1934 ditava, clinicamente, que, com a colaboração dos estados — isto é, com os poderes regionais do latifúndio — fossem criadas, nas terras públicas, colônias agrícolas, para onde deveriam, se o desejassem, ser transferidos os sem-trabalho e camponeses das zonas empobrecidas, gratuitamente. Nenhum camponês recebeu sequer um centímetro quadrado de solo. As terras foram dadas a ministros, militares e altos funcionários do governo. E lá se foram grandes extensões

de terras públicas... (7).

Seguindo-se ao movimento de 30, veio, em 1932, o Constitucionalista, pelo qual a oligarquia paulista, desconhecendo o caráter revolucionário do primeiro movimento, plêiteou sua volta ao poder da República. São Paulo, onde as diferentes frações da burguesia apresentavam-se unidas, uniu seu povo em torno de palavras ocas — palavras, palavras, palavras, de que falava Shakespeare — pelas quais ele se bateu, mas que ocultavam os interesses arranhados da fração agrária da sua burguesia que agora aceitava partilhar do poder nas condições com que a burguesia urbana se conformava. Getúlio era um homem maquiavelicamente frio. O Brasil viveu então a segunda “revolução” que, conforme Távora, respondendo em 30 o Manifesto de Luiz Carlos Prestes aderindo ao comunismo, não poderia suportar. E suportou. E Távora, esquecendo-se do que escrevera, agora escrevia coisas opostas. E suportou segundo os objetivos cínicos de Getúlio, já inteiramente corrompido pelo poder, dando razão ao que, em **Henrique VIII**, Shakespeare escrevera: “o poder corrompe”. Diabólica e dialecticamente analisou aquele movimento de acordo com seus objetivos continuistas. Para a derrota dos constitucionalistas os “tenentes”, com raras exceções, deram todas as suas forças.

Foi então que surgiu o Integralismo, também com uma ideologia pequeno burguesa, já alinhada à classe dominante, de não reivindicar reformas sociais, contentando-se com o verniz de mínimas aspirações políticas. Ele ganhou penetração nas camadas médias que, pelas contingências das relações de classe, praticamente já haviam abandonado o tenentismo. Para Getúlio aquele movimento foi considerado — e a história provou — como uma massa de manobra para sua continuidade no poder. Ele dissera, em seu discurso de estréia como deputado estadual, na Assembléia Legislativa gaúcha, que “Deus, liberdade e democracia” nada mais eram que verbalismo sonoro. E esse verbalismo sonoro de palavras shakespearianas passava a ser, como outras palavras, utilizado pelo integralismo. **Deus** que cada qual tem à sua moda, **pátria** que se nasce com ela e **família** que com esse ato de nascer ampliamos. E isso num tempo em que, sob a liderança de Stalin, o PCURSS proclamava que “a família é a base da sociedade socialista”. Mais tarde os comunistas soviéticos, sob a liderança de Stalin, enfrentando as hordas nazistas, só que pardas e não verdes, fizeram a guerra **patriótica** em defesa da **pátria** contra quem pretendia expandir a sua. O breviário dos integralistas era o **ABC do Integralismo**, de Miguel Reale, onde se poderia ler: “No fundo, um partido não passa de uma associação comercial — eles se chamavam Ação — com o fim de explorar a matéria prima do voto na fabricação do produto deputado”.

Eram novamente palavras, pois o seu Chefe Nacional, Plínio Salgado, foi, durante muitos anos, deputado, produto da matéria prima do voto dos Integralistas.

Logo depois os tenentistas autênticos, frustrados em seus objetivos de reformas sociais, constituíram-se na Aliança Nacional Libertadora, (ANL) o maior movimento de massas que o Brasil conheceria. Mais agitação do que organização, a ele se opunha o Integralismo organizado. Getúlio dividiu nos dois e na luta entre eles, algo de seu interesse. Viu a Aliança Nacional Libertadora como espantalho para as camadas médias e a burguesia e passou a acionar a Ação Integralista como força auxiliar para seu continuísmo, enquanto Plínio e seus seguidores entravam de anjo. A classe média, depois de se afastar do tenentismo pela relação de forças que o desenvolvimento da burguesia proporcionara, aliava-se agora a quem representava o pensamento da classe dominante, o integralismo. Mas com a ANL, que preconizava reformas sociais, o proletariado passou a engrossar suas fileiras. A vitória do tenentismo sobre os constitucionalistas de 32, paradoxalmente, representara sua derrota histórica, quando fora mais uma vez utilizado pela sua experiência militar. E perdera-se por sua incapacidade política. Isso seria demonstrado mais uma vez. Hegel escrevera que todos os fatos e homens de importância na história do mundo ocorrem duas vezes. Marx acrescentou que na primeira como tragédia e na segunda como comédia. Mesmo com seus sucessivos erros, o único partido que desejava reformas sociais de que o Brasil carece era o PCB, embora estando mal e nada sabendo sobre o verdadeiro sentido da Revolução Brasileira. E a ele se juntaram os "tenentes" autênticos na Aliança Nacional Libertadora. A história madrasta, para o tenentismo "vitorioso" em 30 e 32, voltaria a se repetir em novembro de 1935, não como comédia, mas, corrigindo Marx, como tragédia, quando o seu cadáver, que se achava no velório depois do Movimento Constitucionalista, foi, então, sepultado.

NOTAS

1. Nem Caio Prado Jr. e nem Nelson Werneck Sodré, entre outros, aceitam grande parte dos estudos sociológicos de Nicos Poulantzas sobre as frações da burguesia, mas eu os aceito porque estes proporcionam, em muito, o conteúdo da nossa evolução social. Ele subdivide a burguesia em frações agrária, comercial, industrial e financeira. Aliás, Marx, em **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**, fixa-se, para estudar o tempo de então

na França, no que chama de burguesia industrial e aristocracia financeira, que nada mais eram que as frações mais bem elucidadas depois por Poulantzas em **Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista**.

2. É muito elucidativo um fato. Eduardo Prado foi um dos melhores amigos de Eça de Queiroz e é o Jacinto, personagem central do romance **A Cidade e As Serras**. Eça fora membro da 1ª. Internacional de Trabalhadores e deve ter influenciado seu amigo, que escreveu um livro-libelo — A Ilusão Americana — contra o imperialismo, preconizando nossa libertação. Lançado no Brasil em fins de 1893 foi logo apreendido pela polícia pois a ordem era não arranhar aqueles que representavam, desde então, uma bomba de sucção de nossa economia. O que, colônia ou aparentemente não, padecemos desde o descobrimento, pois nossa produção está voltada para os mercados externos, já que, até hoje, por desgraça do latifúndio, temos apenas um simulacro de mercado interno. Sociólogos como Nelson Werneck Sodrê e Caio Prado Júnior entre outros são de opinião que a revolução positivista de 15 de novembro de 1889 aprofundou-se 40 anos depois e que viria a ser levada a efeito pela vitória do movimento político-militar da Aliança Liberal, a partir de outubro de 1930, com a ascensão de Getúlio ao poder.
3. Segundo depoimento de Júlio Conceição em **História de Santos** de Francisco Martins dos Santos, só ao redor da cidade havia quatro quilombos, e os abolicionistas paulistas auxiliaram a libertação de mais de 200 mil escravos na província. Segundo o exposto no volume IV, p.36, "A Monarquia nunca foi abolicionista. D. Pedro II o era tanto quanto a maioria dos nossos homens públicos de hoje são, por exemplo, a favor da reforma agrária". Lima Barreto, mulato que se apelidava "mestiço", conheceu bem o "abolicionista" José do Patrocínio, mulato como ele e a quem alcunhou de "José do Pato", e sempre o desmascarou. E Patrocínio era tão servilmente monarquista que criou a "Guarda Negra", composta de negros libertos ou alforriados; organização terrorista para dissolver comícios e espancar republicanos. E a monarquia pactuava com a escravidão. Tanto aliás, como os republicanos, que em seu célebre Manifesto Paulista de 1872, ainda eufóricos com a Convenção Republicana de Itu, proclamavam, segundo Oliveira Vianna em **O Ocaso do Império**: "Não podem os nossos adversários fazer de boa fé **acusações** ao Partido Republicano, responsabilizando-o por atos precipitados e intenções perigosas em relação ao estado servil. Ele está longe de executar reformas que não sejam inspiradas pela própria Nação. Não pode ser indiferente a uma questão altamente social cuja solução

afeta todos os interesses (omitia os interesses dos escravos) e é mister, entretanto, ponderar que **ele não tem, nem terá a responsabilidade por tal solução**". (grifo nosso). Segundo comentário irônico de Oliveira Vianna: "Diziam os republicanos de São Paulo, definindo, ou pretendendo definir, a sua situação perante a grande questão da Abolição. No gênero lusco-fusco, no gênero "quero, não quero", no gênero encruzilhada, é o que há de mais obra prima". É sabido que, tomando conhecimento da assinatura da Lei Áurea, José do Patrocínio prosternou-se, em prantos, ante a Princesa Isabel. A lei de emancipação sancionada pela Princesa Isabel, entretanto, foi consequência de um fato existente e não a origem dele, tanto é assim que Cotegipe, um escravocrata mais rancoroso que um feitor de escravos, às vésperas da lei, dissera objetivamente: "A extinção da escravidão não é mais do que o reconhecimento de um ato já existente". E Ruy Barbosa, reconhecendo a capitulação "redentora" compreendeu que "a reumanização da raça negra no Brasil não é um ato de munificência da esposa do Conde D'Eu". Os fatos comandaram-na.

4. Paulo Cavalcanti, contestando a afirmativa sociológica, séria e fundamentada, porque alicerçada não só na relação de classes, como econômica, de Caio Prado Jr., alinhavou fatos aparentes para afirmar o absurdo da existência do feudalismo entre nós. No volume IV de **Nova História do Brasil**, capítulo "As modificações na estrutura de trabalho", página 21, seus seis autores afirmam que "não apareceu, aqui, nas áreas feudais ou semi-feudais brasileiras, o feudo, que distinguia a paisagem campestre européia, embora nossas fazendas, as "casas-grandes" pesadas e fortificadas, lembrassem um pouco os castelos medievais". E mais adiante: "O feudalismo brasileiro é diferente, representa uma filiação divergente do feudalismo clássico, mas é feudalismo. Os trabalhadores eram servos e os proprietários verdadeiros senhores intocáveis." O fato de os trabalhadores serem tratados como servos e os latifundiários como senhores intocáveis, por si não pode justificar o feudalismo brasileiro, mesmo diferente.
5. Gigi Damiani, um dos mais notáveis militantes anarquistas do século, e que viveu entre nós nas duas primeiras décadas do século (deportado depois de ter participado do comitê de greve da acontecida, nos estados do sul, em 1917, pelas oito horas) escreveu ao atingir a Itália um livreto libelo: **La questione sociale in Brasile, paese per onde no se deve emigrare**". Neste dizia que os industriais paulistas não possuíam qualquer interesse no progresso de outros estados, especialmente os nordestinos, pois não desejavam extinguir as fontes de mão-de-obra barata, representada

pelo exército de migrantes que eram submissos em oposição à europeia, mais capaz, mas reivindicativa. Dessa forma o centro, capitaneado pelas frações agrária e industrial que já se avolumava, foi um fator de progresso, mais no sul que no resto do país, e de unidade nacional.

6. Para que possamos avaliar o peso dos tenentes no exército de então tomemos alguns números por referência. Em 1920 os tenentes representavam 66% da oficialidade enquanto que em 1929 e 1972 eram de, respectivamente, 64,4% e 12,9%. Possuíam, na realidade, o comando das nossas forças terrestres. Tais números demonstram como os tenentes, depois de utilizados pelos políticos e forças reacionárias acuadas, foram alijados, paulatinamente, como peso, pelo elitismo militar.
7. Para mim o melhor ensaio sobre a época, feito dentro da época, é o de Virgínio Santa Rosa, **O Sentido do Tenentismo**. Trata-se de obra intemporal porque sempre atual enquanto o latifúndio continuar emperrando as engrenagens do progresso social no Brasil. Analisou o fato, o tenentismo, em função das relações de forças sociais e demonstrou-se perfeito quando escreveu que “o latifúndio é a base e sustentáculo de todas as forças partidárias regionais”, lançando perspectivas para o futuro. É assim, explicável, o aparecimento das chamadas dissidências. Cada satrapia, na maioria dos estados brasileiros, era e continua sendo domínio dos latifundiários. Havia já, uns poucos estados onde tal poder estava quase que superado, mas a Constituição de 34, por trás da palavra igualdade, igualou a representação de todos os estados, não levando em conta a proporcionalidade de eleitores. Isso equivale a dizer que cedeu, numa Constituição supostamente democrática, o domínio ao latifúndio. E, se a atual Constituinte – atual enquanto estou falando – não modificar o critério de escolha dos seus senadores, o Brasil continuará vivendo, através do Senado, a ditadura do latifúndio. Com ou sem representantes “legitimamente” eleitos pelo povo, pois, vivemos sob essa ditadura...